

SEMANA DA PÁTRIA 2018 A honestidade nas relações humanas

TEXTOS DE APOIO

ENSINO MÉDIO

Ser honesto na sociedade brasileira: virtude ou ingenuidade?

TEXTO 1

O modo de navegação social: a malandragem e o “jeitinho”¹

Entre a desordem carnavalesca, que permite e estimula o excesso, e a ordem, que requer a continência e a disciplina pela obediência estrita às leis, como é que nós, brasileiros, ficamos? Qual a nossa relação e a nossa atitude para com e diante de uma lei universal que teoricamente deve valer para todos? Como procedemos diante da norma geral, se fomos criados numa casa onde, desde a mais tenra idade, aprendemos que há sempre um modo de satisfazer nossas vontades e desejos, mesmo que isso vá de encontro às normas do bom senso e da coletividade em geral?

Num livro que escrevi – Carnavais, malandros e heróis –, lancei a tese de que o dilema brasileiro residia numa trágica oscilação entre um esqueleto nacional feito de leis universais cujo sujeito era o indivíduo e situações onde cada qual se salvava e se despachava como podia, utilizando para isso o seu sistema de relações pessoais. Haveria assim, nessa colocação, um verdadeiro combate entre leis que devem valer para todos e relações que evidentemente só podem funcionar para quem as tem. O resultado é um sistema social dividido e até mesmo equilibrado entre duas unidades sociais básicas: o indivíduo (o sujeito das leis universais que modernizam a sociedade) e a pessoa (o sujeito das relações sociais, que conduz ao pólo tradicional do sistema) Entre os dois, o coração dos brasileiros balança. E no meio dos dois, a malandragem, o “jeitinho” e o famoso e antipático “sabe com quem está falando?” seriam modos de enfrentar essas contradições e paradoxos de modo tipicamente brasileiro. Ou seja: fazendo uma mediação também pessoal entre a lei, a situação onde ela deveria aplicar-se e as pessoas nela implicadas, de tal sorte que nada se modifique, apenas ficando a lei um pouco desmoralizada – mas, como ela é insensível e não é gente como nós, todo mundo fica, como se diz, numa boa, e a vida retorna ao seu normal...

De fato, como é que reagimos diante de um “proibido estacionar”, “proibido fumar”, ou diante de uma fila quilométrica? Como é que se faz diante de um requerimento que está sempre errado? Ou diante de um prazo que já se esgotou e conduz a uma multa automática que não foi divulgada de modo apropriado pela autoridade pública? Ou de uma taxaço injusta e abusiva que o Governo novamente decidiu instituir de modo drástico e sem consulta?

Nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra, somente para citar três bons exemplos, as regras ou são obedecidas ou não existem. Nessas sociedades, sabe-se que não há prazer algum em escrever normas que contrariam e, em alguns casos, aviltam o bom senso e as regras da própria sociedade, abrindo caminho para a

¹ DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 93-107.

APRENDER POR INTEIRO NOS COMPLETA

corrupção burocrática e ampliando a desconfiança no poder público. Assim, diante dessa enorme coerência entre a regra jurídica e as práticas da vida diária, o inglês, o francês e o norte-americano param diante de uma placa de trânsito que ordena parar, o que – para nós – parece um absurdo lógico e social, pelas razões já indicadas. Ficamos, pois, sempre confundidos e, ao mesmo tempo, fascinados com a chamada disciplina existente nesses países. Aliás, é curioso que a nossa percepção dessa obediência às leis universais seja traduzida em termos de civilização e disciplina, educação e ordem, quando na realidade ela é decorrente de uma simples e direta adequação entre a prática social e o mundo constitucional e jurídico. É isso que faz a obediência que tanto admiramos e, também, engendra aquela confiança de que tanto sentimos falta. Porque, nessas sociedades, a lei não é feita para explorar ou submeter o cidadão, ou como instrumento para corrigir e reinventar a sociedade. Lá, a lei é um instrumento que faz a sociedade funcionar bem e isso – começamos a enxergar – já é um bocado! Claro está que um dos resultados dessa confiança é uma aplicação segura da lei que, por ser norma universal, não pode pactuar com o privilégio ou com a lei privada, aquela norma que se aplica diferencialmente se o crime ou a falta foi cometida por pessoas diferencialmente situadas na escala social. Isso que ocorre diariamente no Brasil, quando, digamos, um bacharel comete um assassinato e tem direito a prisão especial e um operário, diante da mesma lei, não tem tal direito porque não é, obviamente, bacharel... A destruição do privilégio engendrou uma justiça ágil e operativa na base do certo ou errado. Uma justiça que não aceita o mais-ou-menos e as indefectíveis gradações e hierarquias que normalmente acompanham a ritualização legal brasileira, que para todos os delitos estabelece virtualmente um peso e uma escala. Assim, aqui, todos podem ser primários ou não; e os crimes admitem graus de execução, estando de acordo com o princípio hierárquico que governa a sociedade. Sustento que é precisamente essa possibilidade de gradação que permite a interferência das relações pessoais com a lei universal, dando-lhe – em cada caso – uma espécie de curvatura específica que impede sua aplicabilidade universal que tanto clamamos e reclamamos.

[...]

A malandragem, como outro nome para a forma de navegação social nacional, faz precisamente o mesmo. O malandro, portanto, seria um profissional do “jeitinho” e da arte de sobreviver nas situações mais difíceis. Aqui, também, temos esse relacionamento complexo e criativo entre o talento pessoal e as leis que engendram – no caso da malandragem – o uso de “expedientes”, de “histórias” e de “contos-do-vigário”, artifícios pessoais que nada mais são que modos engenhosos de tirar partido de certas situações, igualmente usando o argumento da lei ou da norma que vale para todos, como ocorre no conto da venda do bilhete de loteria premiado. Aqui, o malandro deseja vender um bilhete premiado pela quarta parte do seu preço justo e arma uma situação onde será fatalmente a vítima. Mas o fato é que o comprador é que será roubado. A situação se arma precisamente pelo uso abusivo e desonesto das listas oficiais da loteria (que legitimam o prêmio) e pelos deveres de parentesco, que obrigam, na história do malandro, a uma viagem inesperada donde a necessidade de vender um bilhete premiado. Nessa estrutura típica de um conto-do-vigário, nota-se a mesma contradição entre a impessoalidade da loteria e da sorte e a pessoalidade das relações pessoais que se dão em vários níveis. O drama reside precisamente no modo especial de conjugar o pessoal com o impessoal.

[...]

Por tudo isso, não há no Brasil quem não conheça a malandragem, que não é só um tipo de ação concreta situada entre a lei e a plena desonestidade, mas também, e sobretudo, é uma possibilidade de proceder socialmente, um modo tipicamente brasileiro de cumprir ordens absurdas, uma forma ou estilo de conciliar ordens impossíveis de serem cumpridas com situações específicas, e – também – um modo ambíguo de burlar as leis e as normas sociais mais gerais.

[...]

APRENDER POR INTEIRO NOS COMPLETA

A malandragem, assim, não é simplesmente uma singularidade inconsequente de todos nós, brasileiros. Ou uma revelação de cinismo e gosto pelo grosseiro e pelo desonesto. É muito mais que isso. De fato, trata-se mesmo de um modo – jeito ou estilo – profundamente original e brasileiro de viver, e às vezes sobreviver, num sistema em que a casa nem sempre fala com a rua e as leis formais da vida pública nada têm a ver com as boas regras da moralidade costumeira que governam a nossa honra, o respeito e, sobretudo, a lealdade que devemos aos amigos, aos parentes e aos compadres. Num mundo tão profundamente dividido, a malandragem e o “jeitinho” promovem uma esperança de tudo juntar numa totalidade harmoniosa e concreta. Essa é a sua importância, esse é o seu aceno. Aí está a sua razão de existir como valor social.

Antes de ser um acidente ou mero aspecto da vida social brasileira, coisa sem consequência, a malandragem é um modo possível de ser. Algo muito sério, contendo suas regras, espaços e paradoxos...

Isso está bem de acordo com o que nos disse Pero Vaz de Caminha, no finalzinho de sua carta histórica, fundadora do nosso modo de ser, depois de dar ao rei as maravilhosas notícias da terra brasileira. Ali, naquele pedaço terminal e naquela hora de arremate, Caminha arrisca, malandramente, o seguinte: “E nesta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta terra vi. E, se algum pouco me alonguei, Ela me perdoe, pois o desejo que tinha de tudo vos dizer, mo fez por assim pelo miúdo. E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza, há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer graça especial, mande vir da Ilha de São Tomé a Jorge de Osorio, meu genro – o que dela receberei em muita mercê.”

E conclui Caminha, como até hoje manda o nosso figurino de malandragem: “Beijo as mãos de Vossa Alteza. Deste Porto Seguro de Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

Pero Vaz de Caminha.

Será que é preciso dizer mais alguma coisa?

TEXTO 2



O “jeitinho brasileiro” explicado pela filosofia

A cultura brasileira não é a única a ter de se confrontar com um problema de dualidade de paradigmas éticos: há possivelmente uma aproximação entre a malandragem brasileira e a metis grega

Por que o cidadão que, com razão, cobra honestidade dos políticos não enxerga contradição em fazer uso dos expedientes do jeitinho e da malandragem para resolver seus problemas cotidianos? Por que o cidadão que, com razão, cobra honestidade dos políticos não enxerga contradição em fazer uso, por vezes, dos expedientes do jeitinho e da malandragem para resolver seus problemas cotidianos? Para tentar refletir acerca dessa questão, admitamos a seguinte hipótese de trabalho: no Brasil existe uma espécie de “dualidade de paradigmas éticos”. Isso porque uma ética mais tradicional que tem por princípio a honestidade e o cumprimento do dever coexiste, paralelamente, com uma espécie de “ética” da malandragem, a qual tem como referência a valorização de uma astúcia que visa sempre “levar vantagem”. Pensar o “fenômeno brasileiro da malandragem” pressupõe a existência de uma espécie de dualidade de paradigmas éticos, isso porque uma ética mais tradicional que tem por princípio a honestidade e o cumprimento do dever coexiste, paralelamente, com uma espécie de “ética” da malandragem, a qual tem como referência a valorização de uma astúcia que visa sempre a levar vantagem.

Curiosamente, essa dualidade não acontece de forma dicotômica e excludente, já que os dois referenciais “éticos” não se anulam no cotidiano brasileiro. Em outras palavras, não é que haja dois grupos de pessoas e que cada grupo siga exclusivamente um dos paradigmas. Ou seja, não é o caso que tenhamos o grupo dos honestos de um lado e o grupo dos malandros de outro. Por vezes, são os mesmos indivíduos que transitam entre os dois paradigmas, pois, no Brasil, a mesma pessoa pode oscilar de um polo a outro conforme as circunstâncias.

Isto é, a mesma pessoa pode aderir momentaneamente ao modelo ético do honesto e, numa ocasião posterior, tomar como referência para sua ação o paradigma do malandro. Num momento, podemos admirar o honesto cumpridor de deveres que sempre segue as normas de maneira “caxias”. Este é o bom trabalhador que “coloca o Brasil pra frente”. Por outro lado, a depender da situação, também podemos apreciar a inteligência sagaz do malandro, que, por meio das mais diversas formas de astúcias, consegue sobreviver de maneira “alternativa”. Enfim, o cidadão que cobra dos políticos o cumprimento dos preceitos da ética da honestidade não enxerga contradição em usar o expediente do jeitinho e da malandragem porque ele teria à sua disposição dois paradigmas éticos aos quais ele pode se adequar conforme as circunstâncias.

A admissão das categorias de jeitinho e de malandragem como elementos paradigmáticos à ação é algo mais complexo do que parece. Isso porque tomar essas categorias como modelo para o agir não significa apenas afirmar que no Brasil existe um alto grau de transgressão, mas denota que, por meio do jeitinho e da malandragem, a própria transgressão se transformou em modelo ético! Afigura do malandro, nesse contexto, seria vista como um exemplo a ser seguido, pois teria se transformado numa referência para o “dever ser” – uma espécie de paradigma ético paralelo. Em outras palavras, no Brasil, “ser esperto” e “sempre tirar vantagem” se converte numa espécie de norma. Essa é uma peculiaridade do País. Aliás, nesse sentido, não é exagero afirmar que a malandragem foi até mesmo concebida como um elemento constitutivo da própria identidade brasileira. Lembremos, por exemplo, da lei de Gerson que postula ser da natureza do brasileiro possuir uma sagacidade prática capaz de conduzi-lo a sempre levar vantagem em tudo. Mas será que esse tipo

APRENDER POR INTEIRO NOS COMPLETA

de dualismo ético, que toma a burla como possibilidade legítima, é, de fato, uma exclusividade brasileira?

Duplicidade ética

Será que o problema da dualidade ética consiste, realmente, numa questão filosófica? Antes de responder a essa pergunta, seria necessário elucidar uma questão preliminar: Para lançar um pouco de luz sobre esta investigação, o diálogo de Platão, o Hípias menor, é de grande valia: Sócrates faz que seu interlocutor, o famoso sofista Hípias de Élis (século V a.C.), se depare com uma dicotomia de valores que estaria presente nos poemas homéricos. Já no início do diálogo, Sócrates pergunta a Hípias: “o que você nos diz sobre Aquiles e Odisseu? Qual os dois você afirma ser o melhor, e em quê?”. Hípias então responde: “Homero fez de Aquiles o melhor homem dentre os que chegaram a Troia [...] e de Odisseu, o mais multiforme”. Hípias diz ainda que “Aquiles [...] era verdadeiro e direito, e Odisseu [...] multiforme e mentiroso”.

Na realidade, a pergunta de Sócrates e a resposta de Hípias denunciam uma duplicidade valorativa que já se encontrava nos textos que serviam de base e orientação para a formação dos gregos antigos. Nesse sentido, Platão parece querer mostrar que o valor “bom” no contexto homérico pode ser entendido de duas maneiras que, apesar de antagônicas, constituíam elementos norteadores da mentalidade grega. Dito de outra maneira, o “bom” poderia ser compreendido como “o bom” que é expresso na Ilíada, isto é, o “bom” que tem como figura paradigmática o valente e honrado Aquiles, que é “verdadeiro e direto”. Todavia, o “bom” também poderia significar o “bom” que se faz presente na Odisseia por meio da figura do astuto e mentiroso Odisseu.

De fato, se nos confrontarmos com os poemas homéricos, parece que podemos encontrar dois paradigmas conflitantes. Enquanto a Ilíada gira em torno da guerra de Tróia e das façanhas heroicas e quase sempre honradas de Aquiles, a Odisseia conta as aventuras, as astúcias e trapaças de Odisseu durante seu

retorno à sua terra natal, Ítaca. A Ilíada é permeada por uma mentalidade bélica que valoriza a gura do bravo e honrado guerreiro. Esses guerreiros fazem parte do grupo dos aristoi (os melhores). E o que os caracteriza é a areté, uma espécie de excelência na arte da guerra. O bom guerreiro de areté se distingue, portanto, dos guerreiros comuns pelo vigor físico, pela coragem, pela juventude, pela argúcia bélica e pela destreza no manejo de suas armas. São aristoi, entre outros, os personagens Aquiles, Ajax, Agamenon, Heitor e Pátroclos. Esses heróis homéricos da Ilíada buscavam expressar seu valor numa bela luta, isto é, numa espécie de duelo justo que pressupõe uma igualdade de condições para o combate. O guerreiro de areté deveria, por conseguinte, respeitar uma honra guerreira que se opõe a qualquer tipo de tentativa de trapaça ou burla. Os aristoi devem, portanto, evitar o embuste e lutar de forma franca e leal. Nesse sentido, é possível afirmar que a areté homérica é repleta de regras de conduta que conduzem e regulam a justa disputa. Lutar à noite, por exemplo, é algo reprovável no contexto da bela guerra que é contada na Ilíada. Isso porque a noite facilita o disfarce, a artimanha, a trapaça e a emboscada.

A respeito dessa mentalidade homérica, a fala do troiano Heitor direcionada a Ajax, no canto VII (verso 240) da Ilíada, é bastante ilustrativa: “não quero atacar com nenhuma artimanha um inimigo como és, mas, lealmente, tentar alcançar-te”. Esse trecho também explicita outra exigência da honra guerreira em questão: o guerreiro de areté deveria enfrentar um adversário valoroso, ou seja, outro guerreiro de areté. Isso porque é apenas a luta contra um oponente valoroso que poderia lhe conferir a glória (kleos). Essa kleos poderia até ser conquistada por meio de uma bela morte – a morte gloriosa resultado de um valente e justo combate. Aquiles, por exemplo, prefere uma vida breve e heroica a uma existência longa e obscura. Isso porque sua bela morte será cantada pelo poeta (aedo), o que vai fazer que seus feitos heroicos sejam lembrados por muito tempo. O canto do aedo vai, nesse sentido, conferir ao guerreiro uma espécie de eternidade simbólica e imanente, pois durante séculos as proezas e honras do guerreiro serão faladas e

APRENDER POR INTEIRO NOS COMPLETA

lembradas. Enfim, é justamente a valentia, o destemor diante da morte e o cumprimento de um código de honra guerreira que darão a imortalidade ao herói.

Se, na *Ilíada*, a principal referência “ética” é a honra guerreira e o respeito pela luta justa, na *Odisseia* a trapaça e a esperteza passam a ser a regra. Na *Ilíada*, a bela morte é almejada pelo herói. Na *Odisseia*, ao contrário, o importante é sobreviver. O principal herói da *Ilíada* é Aquiles – paradigma de areté nessa epopeia. Na *Odisseia*, ao contrário, Ulisses (Odisseu, em grego), o inventor do cavalo de Troia, é o protagonista do poema e principal referência “ética”. Sob os epítetos de “o multifacetado” e “o rico em ardil”, Odisseu é um personagem célebre por suas trapaças e artimanhas. Ele é caracterizado por possuir um tipo de inteligência prática – personificada pela deusa Métis, ligada à esperteza e à astúcia. Essa inteligência sagaz e pragmática se constitui pelo senso de oportunidade e capacidade de decisões rápidas e certeiras. Além disso, a métis também é sinônimo de adaptação, disfarce e ardil. É justamente lançando mão de sua métis que Odisseu sobrevive a fantásticos e assustadores perigos e consegue retornar a Ítaca.

No canto IX da *Odisseia*, Homero conta que Odisseu escapa de ser devorado pelo Ciclope Polifemo – um monstro gigantesco que possui apenas um olho na testa – graças a um competente estratagema. Por meio de um jogo de palavras ardilosas, o herói faz que Polifemo beba vinho até a embriaguez. Aproveitando-se do estado de ebriedade do ciclope, Odisseu consegue cegá-lo e escapar de sua voracidade antropofágica. Na verdade, essa é uma das passagens da *Odisseia* que nos mostra a atitude ardilosa de Odisseu sendo justificada pela necessidade de sobrevivência. A esse respeito, a fala do próprio herói, que faz uma espécie de re exão retrospectiva dessa aventura, é muito ilustrativa: “Pensei toda sorte de astúcias e enganos, por se tratar da existência e iminente perigo ameaçar-nos”. Ora, esse tipo de autoavaliação de Odisseu expressa que a *Odisseia* é permeada por um paradigma valorativo quase inverso em relação à areté da *Ilíada*. Neste poema, o herói almeja uma eternidade simbólica pela

bela morte; já na *Odisseia*, o que temos é uma inteligência pragmática ligada às urgências do momento e que visa a promover a manutenção da vida do herói.

Limites da liberdade

Na mesma direção da passagem anterior, temos também a aventura que é narrada no canto 12 da *Odisseia*, Circe – feiticeira e amante de Odisseu – adverte o herói acerca dos perigos de Cila, um monstro marinho de seis cabeças e doze pés. Odisseu, apesar de ter sido avisado da ameaça da monstruosa Cila, não comunica o perigo aos seus companheiros e argumenta dessa forma: “Do inevitável perigo de Cila não disse palavra, para que os sócios, tomados de medo, das mãos não deixassem os remos todos cair e no fundo da nau se escondessem”. Ora, essa passagem deixa claro que o que move as ações de Odisseu é uma espécie de prudência a qual tem como referência as circunstâncias efetivas, pois ele sabe que, se falasse sobre Cila, os seus companheiros cariam amedrontados e cessariam de remar.

Métis como paradigma

Homero inicia a *Odisseia* pedindo inspiração às musas para que ele consiga contar os feitos do herói astucioso, Odisseu. Ora, o poema já começa, portanto, identificando o caráter manhoso do protagonista. Curiosamente, essa passagem não expressa um valor depreciativo acerca da maneira multiforme e ardilosa do herói. Ao contrário, o modo de ser engenhoso e versátil de Odisseu, além de ser ressaltado, é cultuado. De fato, o texto de *Odisseia* está repleto de menções elogiosas ao herói. Há, por exemplo, uma passagem em que a maior trapaça de Odisseu é lembrada ao mesmo tempo em que ele recebe o adjetivo de divino: “o cavalo de pau [...] que o divo Odisseu com astúcia pôs dentro de Troia, cheio de heróis destemidos, que os muros sagrados saquearam”. Ora, a exaltação e divinização do caráter astucioso e trapaceiro do herói nos mostra que Odisseu era entendido, pelo autor da

APRENDER POR INTEIRO NOS COMPLETA

Odisseia, como um modelo a ser seguido. O herói constituía, portanto, um paradigma que estava à disposição do homem grego e que era passível de ser utilizado conforme a necessidade das circunstâncias. Desse modo, é possível afirmar que a figura de Odisseu possui uma proximidade com o arquétipo brasileiro do malandro. Vejamos.

O protótipo do malandro

No clássico Carnavais, malandros e heróis, o cientista social Roberto DaMatta (1936) realizou um estudo acerca da malandragem brasileira tomando como ponto de partida o mito do Pedro Malazarte. Para o autor, Pedro Malazarte, personagem tradicional da cultura ibérica que foi importado para o Brasil, seria uma espécie de protótipo do malandro brasileiro.

Na tradição folclórica brasileira mais originária, Malazarte é um dos dois filhos de um casal velho e pobre. Enquanto o irmão mais velho, João, é caracterizado como sendo trabalhador e honesto, Pedro é astucioso e vadio. Pela situação precária da família, João tem de ganhar a vida trabalhando para um fazendeiro velhaco e explorador. No novo emprego, entretanto, João é engabelado por um contrato de trabalho desonesto e, depois de um ano de muito esforço, retorna para casa sem nenhum tostão. Como se não bastasse a exploração, o patrão ainda arranca dele uma tira de couro que vai desde o pescoço até o fim das costas. Esse ato de violência e humilhação é legitimado porque João não consegue cumprir as cláusulas injustas do contrato. Revoltado com a situação do irmão, Pedro resolve utilizar suas manhas para vingá-lo. Procura o mesmo fazendeiro e começa a “trabalhar”. Depois de algum tempo, por meio das mais diversas espertezas, consegue empobrecer o fazendeiro e voltar rico para casa. Após vingar o irmão, Malazarte resolve ter uma vida de andarilho. Durante suas andanças, o herói vive as mais diversas aventuras, nas quais sempre utiliza a astúcia para se safar e tirar vantagens de ricos e senhores. Pedro consegue trocar fezes por dinheiro; vende um urubu que, supostamente encantado, faria adivinhações; desfruta de banquetes sem gastar

nenhum tostão; ganha salários sem trabalhar e até usa o cadáver da própria mãe para extorquir quantias de um latifundiário.

Para DaMatta, Malazarte é um relativizador das leis, regulamentos, códigos e moralidades que sufocam o indivíduo sem berço no jugo do trabalho. Apesar de relativizador, o nosso anti-herói não seria uma espécie de reformista ou revolucionário da ordem vigente. Isso porque a transgressão de Malazarte não visa à transformação do sistema, mas à manutenção da vida e da vantagem casual. Apesar de burlar sistematicamente as normas, o personagem não tem a pretensão de modificar o todo das instituições. O que interessa a ele é continuar a levar sua vida de malandro e não se submeter à exploração do trabalho. Nesse sentido, o mito do Malazarte nos mostraria que é possível guiar a vida por meio de uma espécie de paradigma ético paralelo que, apesar de contrariar pontualmente as instituições ético-jurídicas, convive com essas mesmas instituições. Malazarte seria, nesse sentido, o arquétipo do nosso malandro que constitui um “papel social que está à nossa disposição para ser vivido no momento em que achamos que a lei pode ser esquecida ou até mesmo burlada com certa classe e jeito”. Tal como o mito de Odisseu que, na Grécia, constituiu um arquétipo paralelo à areté, o Malazarte/malandro consiste, no Brasil, numa referência alternativa para nossas ações.

Entre a méti e a malandragem

Tanto Odisseu quanto Pedro Malazarte são personagens caracterizados por uma sagacidade prática que os leva a soluções rápidas e oportunas para seus problemas. Ambos possuem a capacidade de se adaptar às mais diversas dificuldades e superá-las. E eles só conseguem fazer frente aos seus obstáculos por meio do recurso da trapaça e da burla. Entretanto, o que parece legitimar as ações dos nossos heróis é justamente a precariedade de suas condições. Odisseu está perdido na imensidão do mar mediterrâneo e luta contra forças que estão muito além da capacidade humana. Para manter-se vivo, ele tem de fazer uso da

APRENDER POR INTEIRO NOS COMPLETA

métis e trapacear. Malazarte está inserido numa realidade social opressora que praticamente impossibilita a sobrevivência sem o recurso da burla e da enganação. Ele tem de dar sempre um jeito para sobreviver e levar vantagem diante dos coronéis e poderosos em geral. Nos dois casos, temos uma espécie de “moral da conservação da vida”, em que a necessidade de sobrevivência legitima a trapaça e se sobrepõe a uma “moral da honestidade”. O que há, entretanto, não é uma valorização da trapaça pela trapaça, mas a trapaça justificada pela necessidade de sobrevivência.

Nesse sentido é possível supor que a apologia da malandragem pela malandragem seria um fenômeno secundário em relação ao princípio fundamental da malandragem, isto é, a sobrevivência. A malandragem – de início, impulsionada pela necessidade de conservação da vida – se converteu em referência para si mesma. Nesse sentido, de “mecanismo de adaptação às situações perversas da sociedade brasileira”, a malandragem teria se tornado

um modelo ético independente da necessidade de sobrevivência. A glorificação do malandro seria, portanto, o resultado de um processo que fez a malandragem se transformar em valor moral que norteia a própria ação malandra. Ou seja, não se é malandro para sobreviver, mas, sim, porque se deve ser esperto em todas as ocasiões. E, aqui, colocamos uma derradeira questão: será que, ao promovermos essa apologia da malandragem pela malandragem, não perdemos o referencial originário da própria malandragem, isto é, a preservação da vida? Isso porque a apologia da malandragem pela malandragem traz à tona o perigo da justificação de uma corrupção generalizada e o efeito colateral de todo um encadeamento de chagas sociais que tornam as condições da vida ainda mais precárias. Enfim, será que a malandragem gratuita, a malandragem da “lei de Gerson”, não estaria conduzindo a um caminho contrário ao princípio mais originário da própria malandragem?

VÍDEO 1

Honestidade é um valor importante para os brasileiros

Acesse aqui:

<http://g1.globo.com/como-sera/noticia/2018/04/honestidade-e-um-valor-importante-para-os-brasileiros.html>

TEXTO 4

“Tudo o que não puder contar como fez; não o faça! Se há razões para não contar; há para não o fazer.”

Kant

APRENDER POR INTEIRO NOS COMPLETA

VÍDEO 2

Assista aqui:



Ou acesse aqui: https://www.youtube.com/watch?v=wMrC0vWt_L8

Rua Valentim Zambonato, 85 - Erechim - RS
Cep 99700-392 | 54 3520 2400
colegiomarista.org.br/medianeira

 ColegioMaristaMedianeira



COLÉGIO MARISTA
MEDIANEIRA